

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O NÃO
COMETIMENTO DO ATO INFRACIONAL: ESTUDO DE CASO COM
ADOLESCENTES DO INSTITUTO JOÃO XXIII EM VITÓRIA (ES)**

RAFAELA SILVA LIMA FUENTES

VILA VELHA
MAIO/2016

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O NÃO
COMETIMENTO DO ATO INFRACIONAL: ESTUDO DE CASO COM
ADOLESCENTES DO INSTITUTO JOÃO XXIII EM VITÓRIA (ES)**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha - UVV, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

RAFAELA SILVA LIMA FUENTES

VILA VELHA
MAIO/2016

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

F954c Fuentes, Rafaela Silva Lima.

A contribuição da educação não formal para o não cometimento do ato infracional: estudo de caso com adolescentes do Instituto João XXIII em Vitória (ES) / Rafaela Silva Lima Fuentes. – 2016.

55 f.: il.

Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2016.

Inclui bibliografias.

1. Educação não-formal - Vitória. 2. Adolescência. 3. Ato infracional. I. Rodrigues, Viviane Mozine. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 370.11

RAFAELA SILVA LIMA FUENTES

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O NÃO
COMETIMENTO DO ATO INFRACIONAL: ESTUDO DE CASO
COM ADOLESCENTES DO INSTITUTO JOÃO XXIII EM VITÓRIA
(ES)**

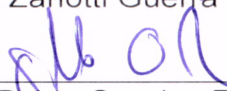
Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública,
para obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovada em 30 de maio de 2016.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (UFES)



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)



Profa. Dra. Viviane Mozine Rodrigues (UVV)
Orientadora

Dedico este trabalho ao senhor José Osvaldo Bergi, por ter sempre acreditado que “Sonhar é preciso”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua infinita bondade e fidelidade. Por me permitir ter determinação e coragem em todos os momentos de minha vida.

À minha mãe. Por todo amor, carinho e incentivo a mim dedicado.

Ao meu irmão Renato. O melhor irmão do mundo!!!

Ao meu esposo Alexandre, por ser tão sensível e companheiro, sempre apostando nos meus sonhos e me incentivando nas horas de desânimo e cansaço. Valeu Moção.

Aos amigos de Mestrado: Josimar, Pâmella, Michele, Neto, Thereza, Jeremias, Glalber. Pessoas muito especiais que marcaram minha vida.

À minha companheira de mestrado e também de trabalho, Leidiane Santana Rocha. Obrigada pelas aventuras vividas e é claro, pela carona também.

Aos meus companheiros de trabalho, em especial à minha gerente Lariza, que flexibilizou minha jornada de trabalho para que eu pudesse estudar, e a minha grande companheira Nivea pelo incentivo, apoio e colo.

Ao Instituto João XXIII, na pessoa de Maria Terezinha Bergi. Obrigada por permitir a realização da pesquisa nesta instituição que faz parte da minha história profissional e pessoal.

À minha querida orientadora Viviane Mozine, por aceitar o desafio de conduzir até aqui, sempre me recebendo com um sorriso e abraço caloroso.

À linda professora Tânia Mara, minha primeira orientadora. Obrigada pelo direcionamento até a qualificação e por ter aceitado fazer parte da minha banca de avaliação.

Ao querido professor Pablo Ornelas Rosa. Obrigada por fazer parte deste momento tão especial.

Também não poderia deixar de agradecer a todos os alunos do Instituto João XXIII, em especial os participantes da pesquisa. Vocês fizeram meus dias muito mais felizes e com vocês aprendi que a vida, mesmo sendo muito dura, pode ser vivida cheia de afeto e amor. E são eles, o afeto e o amor, que nos possibilita olhar o mundo de maneira mais otimista.

Às frenéticas Alice, Danúbia e Mônica. Minhas grandes amigas que, mesmo com todas nós fazendo mestrado ao mesmo tempo, permanecemos sempre unidas.

E principalmente ao meu pai, que mesmo não estando mais conosco, vive em minhas recordações e em meu coração. Eternas saudades.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

FUENTES, Rafaela Silva Lima. **A contribuição da educação não formal para o não cometimento do ato infracional:** Estudo de caso com adolescentes do Instituto João XXIII em Vitória (ES). Dissertação de Mestrado em Segurança Pública. Universidade Vila Velha, 2016.

O presente artigo discorre sobre a relação entre a educação não formal e a sua contribuição para o não cometimento de ato infracional por parte de adolescentes. Para isso, foi realizado um estudo de caso com alunos egressos de uma instituição que desenvolve ações de educação não formal, o Instituto João XXIII em Vitória/ES. A pesquisa foi realizada com 12 ex-alunos que participaram de ações de educação não formal por um período mínimo de 2 anos – 2008 e 2009. Como instrumento de coleta de dados, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi utilizada a entrevista semiestruturada. As análises das entrevistas foram feitas por meio do método da Análise de Conteúdo. Temos como resultados positivos: a inserção de 67% dos ex-alunos no ensino superior, a educação não formal como facilitadora do processo de construção de projetos de vida, o acolhimento, por parte dos profissionais, como marca do trabalho desenvolvido e preponderante para a continuidade dos adolescentes na instituição.

Palavras-Chave: Educação não formal; Adolescência; Ato Infracional.

ABSTRACT

FUENTES, Rafaela Silva Lima. **The contribution of the non formal education to avoid infractional acts:** The case study with adolescents from the João XXIII Institute in Vitória (ES). Master's Thesis in Public Security. University Vila Velha, 2016.

This article presents the contribution of the non formal education to avoid infractional acts committed by adolescents. It was realized a case study with some students from an institution that develops non formal education actions, The João XXIII Institute in Vitória/ES. The research was conducted with 12 ex-students that participate in non formal education actions for a minimum period of 02 years – 2008 and 2009. As a data collect instrument was utilized literature and documental researches and also semi structured interview. It was utilized the Content of Analysis Method in the interviews analyzing. We have as positive results: the insertion of 67% of the ex-students at Higher Education; the non formal education as a facilitator of a life projects construction and the welcoming from the professional staff as essential and predominant to the permanence of the adolescents in the Institution.

Key Words: Non formal education; Adolescence; Infractional act

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do município de Vitória32

FIGURA 2: Mapa da Região Administrativa 3.....33

FIGURA 3: Mapa da Região Administrativa 4.....33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Inserção no mercado de trabalho.....	36
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Classificação Raça/Cor.....	35
GRÁFICO 2: Escolaridade	37
GRÁFICO 3: Motivação para participar.....	39

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Adolescência – uma aventura conceitual	15
2. Adolescência e Ato Infracional	19
3. Educação Não Formal – um conceito em construção	23
4. Metodologia: o caminho percorrido da pesquisa	27
5. Instituto João XXIII – Uma experiência de Educação Não Formal	30
6. Resultados e Discussão	35
Considerações Finais	44
Referências	46
Apêndices	50
Anexos	56

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo averiguar se a inclusão de adolescentes em projetos de educação não formal pode contribuir positivamente para o enfrentamento ao cometimento de atos infracionais por parte dos adolescentes. Para isso, foi realizado um estudo de caso envolvendo egressos do Instituto João XXIII, organização sem fins lucrativos que desenvolve ações de educação não formal à crianças e adolescentes das regiões administrativas 3 e 4 do município de Vitória. Especificamente, buscamos 1) discutir os temas adolescência, ato infracional e educação não formal; 2) apresentar o Instituto João XXIII como exemplo de oferta de atividades de educação não formal; e 3) apresentar o perfil do adolescente/jovem egresso 5 anos após sua participação no Instituto.

Partimos da hipótese de que a participação em projetos de educação não formal poderia possibilitar a ampliação do horizonte de possibilidades para adolescentes oriundos das classes populares, o que implicaria também no não envolvimento e cometimento de atos infracionais.

Dessa maneira, o artigo está estruturado em 6 sessões. A primeira visa fazer uma breve discussão acerca da adolescência, fase da vida em que há grandes transformações físicas, biológicas, psicológica, emocional e social. A segunda parte discorre sobre a relação adolescente x ato infracional, suas possíveis explicações e teorias. Em sequência, trazemos o conceito de educação não formal, especialmente seu caráter intencional e dinâmico. Na quarta parte, traçamos o caminho metodológico da pesquisa realizada para, em seguida, apresentarmos a instituição lócus do estudo – Instituto João XXIII. Na quinta seção, apresentamos a análise dos dados coletados. E para finalizar, apresentamos nossas considerações finais.

Assim sendo, não podemos deixar de falar das limitações da pesquisa. Uma delas diz respeito a impossibilidade de generalizar os resultados, pois a pesquisa foi realizada com um grupo bem específico e limitado de participantes. No entanto, isso não impede que ela seja replicada em outras instituições e com outros adolescentes, para verificação de resultados diferentes dos apresentados aqui.

Deixamos como sugestão para os próximos pesquisadores a incumbência de verificar como é a cobertura de projetos de educação não formal no município de Vitória e sua relação com os índices de criminalidade juvenil. Será que a inserção de adolescentes em projetos de valorização a vida, profissionalização, artes em suas

diversas expressões, envolvimento na vida comunitária, geração de renda, dentre outros, poderia contribuir para redução no índice de criminalidade? Somente com estudos mais aprofundados é que poderemos inferir qualquer resposta.

Quanto à relevância do tema para o Programa de Mestrado em Segurança Pública podemos afirmar que o estudo de fatores de risco e proteção para o cometimento de ato infracional se faz bastante urgente, uma vez que vivenciamos em nosso estado um crescimento no número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade. A identificação desses fatores poderá possibilitar a formulação de políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade.

1. ADOLESCÊNCIA – UMA AVENTURA CONCEITUAL

Para iniciarmos uma discussão acerca do termo adolescência, e levando em consideração as diferentes concepções que podem existir, tanto no meio científico, quanto no senso comum, citamos neste artigo alguns autores, tais como: Erickson (1976); Knobel e Aberastury (1989); Bock (2007); Levinsky (1995); Outeiral (1994); Coutinho (2011); Bocca (2009), dentre outros, que se aprofundam na temática.

Para Erickson (1976), a adolescência se caracteriza como sendo uma fase do processo de desenvolvimento humano, na qual há confusão de papéis e dificuldades em estabelecer uma identidade própria. Segundo o autor, nessa fase há divergência entre o modo de vida infantil e adulto.

Numa mesma perspectiva, Knobel e Aberastury (1989) introduz a noção/conceito de “Síndrome Normal da Adolescência” caracterizada por uma sintomatologia que inclui, dentre outros: busca de si mesmo e da identidade; necessidade de intelectualizar e fantasiar; atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; constantes flutuações de humor e de estado de ânimo.

Nestes dois conceitos, podemos perceber que a adolescência é vista e entendida como sendo uma etapa natural do desenvolvimento humano e que, ocorreria da mesma forma para todos os seres humanos, independentemente da sociedade a qual está atrelada.

Segundo Bock (2007), nas construções teóricas em que há a naturalização da adolescência, conforme o homem se desenvolve e se relaciona com o meio, atualiza as características que já estão lá, pois são de sua natureza, que foi dada a ele pela espécie. Assim sendo, a adolescência pertence a esse conjunto de aspectos naturais e todas as suas características são decorrentes do seu amadurecer.

Observamos, então, que as características atribuídas aos adolescentes são, em sua maioria, carregadas de estereótipos e conceitos pré-concebidos. Temos, nessa visão naturalizante/biologizante da adolescência, um comportamento que é esperado para todos os adolescentes: rebeldia, contestações, inabilidade social, dentre outros. Todas as características que reforçam o pensamento do senso comum a respeito da adolescência.

Outro autor que vem discutindo a adolescência é Levinsky (1995), que em seus estudos classifica a adolescência como sendo uma evolução gradual da

infância para a fase adulta, de acordo com as condições ambientais e históricas. Há então um entendimento da adolescência enquanto processo psicossocial, vinculado à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo.

Outeiral (1994) também traz o desenvolvimento psicossocial como norteador do entendimento da adolescência, no entanto, para ele, é uma fase marcada pela definição da identidade. Inicia-se com as transformações do corpo, ou seja, a puberdade, estendendo-se até que a maturidade e a responsabilidade social sejam adquiridas pelo indivíduo.

Esta maneira de compreendê-la nos traz importantes elementos de reflexão, pois, sendo um processo psicossocial, a adolescência terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve (OUTEIRAL, 1994, p.05).

Ainda para o autor, a adolescência se divide em três fases distintas, a saber: em primeiro lugar, há uma passividade em relação às transformações corporais, o que cria um sentimento de impotência frente ao mundo real. Em segunda, a crise é materializada por meio do choque inter geracional, uma vez que a família em que ele vive é muito diferente da vivida por seus pais. Desse modo, a busca pela independência é constante e torna-se central. A última fase se dá pela busca de uma identidade profissional e inserção no mercado de trabalho, ou seja, uma busca pelo reconhecimento e pela autonomia financeira.

Desta forma, a adolescência é compreendida como período da vida humana que sucede à infância, sendo iniciado pela puberdade e caracterizado por um conjunto de mudanças físicas, psíquicas, culturais e sociais. Para Coutinho,

A adolescência é o período da vida humana que sucede à infância, sendo iniciado com a puberdade e caracterizado por um conjunto de mudanças que compreendem aspectos físicos, psíquicos, culturais e sociais. Essa fase pode vir associada a crises, riscos e diversos outros conflitos fundamentais para o amadurecimento físico e psicológico do adolescente. (COUTINHO et al., 2011, p. 102)

Com a naturalização do termo adolescência podemos incorrer no erro de atribuir todo e qualquer ato praticado por adolescentes como sendo natural e esperado. Esse equívoco pode dificultar toda e qualquer proposta de intervenção, em especial com adolescentes que cometeram ato infracional, pois passa-se a desconsiderar as questões sociais que envolve todo o processo de desenvolvimento

e das relações familiares e sociais que foram construídas até então. Também podemos errar ao atribuir as situações de violência onde há envolvimento de adolescentes, pois esse seria um comportamento “esperado”.

No entanto, embora existam conceitos de que a adolescência seria uma etapa natural da vida, alguns pesquisadores, como Bock (2007), Toledo (2007) e Ozella (2003), dentre outros, partem para uma análise crítica acerca do conceito de adolescência questionando seu caráter natural e universal. Assim sendo, esses pesquisadores inserem no meio acadêmico a noção de adolescência construída, em que se considera a realidade social e histórica na qual todos os seres humanos estão inseridos e que influenciam diretamente no seu desenvolvimento.

Para Bocca (2009, p.171), a adolescência é compreendida como um processo social que contempla a ideia de que

[...] é um fenômeno cultural inaugurado pela modernidade, sob condições específicas de cultura e de história, fora das quais ela não ocorreria. Assim a perspectiva atual é considerar que a adolescência não é um evento universal ou meramente biológico.

Para Bock (2007), a concepção sócio-histórica se contrapõe à concepção liberal, na qual o homem é concebido a partir da ideia de natureza humana. Na visão sócio histórica, utilizada como referência, o Homem é visto como um ser histórico, isto é, um ser constituído no seu movimento e ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Um ser que tem características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações, imerso nas relações e na cultura das quais retira suas possibilidades de ser e suas impossibilidades. Um homem que está situado no tempo histórico e que terá sua constituição psíquica determinada por essa condição. A relação indivíduo/sociedade é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro (BOCK, 2007).

As concepções mais críticas sobre a adolescência têm permitido refleti-la enquanto um período que abriga, além de mudanças biológicas, construções histórico-sociais.

Portanto,

falar sobre adolescência, de alguma maneira, implica abordar aquilo que é estranho e aquilo que é familiar, podendo-se dizer, contudo, que se trata de um momento em que novas experiências ocorrem, havendo um constante desequilíbrio, pois os padrões antigos já não tem a mesma intensidade e os novos ainda não estão bem assimilados. Os critérios que poderiam definir esse período de

desequilíbrio e de transição são construídos pela cultura, (...) e, portanto, diferem entre si. (BOCCA, 2009, p. 170)

Diante disso, compreender a adolescência como um processo construído, nos permite pensar que esse processo, pode ser mudado, não é fixo, nem vivido por todos os sujeitos da mesma maneira.

Isso nos leva a considerar que a adolescência pode ser, sim, uma fase onde há possibilidade de implementação de trabalhos e ações voltadas para o desenvolvimento social de cada adolescente ou grupo de adolescentes.

No campo jurídico-legal o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990), em seu artigo 2º, considera adolescente o indivíduo com idade entre 12 anos incompletos e 18 anos. Também em seu artigo 6º, o legislador enfatiza a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. Assim, a legislação está de acordo com diversos estudos e teorias que discorrem acerca da fase de desenvolvimento humano denominada adolescência.

Para a fase da adolescência, a lei atribui uma série de direitos e obrigações, sempre levando em consideração a condição peculiar de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à responsabilização frente ao cometimento de ato infracional. Insta salientar que, quando é necessário acionar as ações de responsabilização, normalmente, diversas ou várias medidas de proteção e promoção foram negadas, ou fracassaram. Podemos citar como exemplo dessa negação o acesso ao sistema educacional formal, bem como ações de incentivo a permanência neste sistema.

2. ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL

Segundo o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerado ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Costa (2006) afirma que um adolescente só pode ser considerado infrator quando ocorrer ao menos três aspectos: a) violação dos dispositivos legais que caracterizam crime ou contravenção; b) for a ele atribuído ou imputado o cometimento de um ato infracional; c) após o devido processo, com respeito estrito às garantias, ele ser considerado responsável.

Para expor as diferentes posições a respeito do ato infracional, Assis e Souza (1999) afirma que estudos apontam o ato infracional ora como sendo subproduto estrutural, ligado a fatores sociais, ora relacionando-o à vinculação do adolescente a instituições como família, escola e religião; ora privilegiando os mecanismos psíquicos do sujeito, sejam estes biológicos ou característicos da personalidade.

Temos então o ato infracional como sendo produto de fatores complexos, que perpassam tanto a fase de desenvolvimento como as condições familiares, sociais, culturais e econômicas nas quais os adolescentes estão inseridos (PADOVANI e RISTUM, 2013).

Segundo Costa e Assis (2006), essas construções situam o envolvimento com o ato infracional como um, dentre outros agravos, que compõem o quadro de vulnerabilidade dos adolescentes. Ainda segundo as autoras, o crescimento das demandas aos adolescentes tem sido maior que o crescimento de suportes sociais, materiais e psicológicos que os possibilitem ao desempenho das atividades comportamentais. Assim sendo, promover condições de enfrentamento e superação de adversidades passa a ser um imperativo, sobretudo para adolescentes em condições menos favoráveis.

Volpi (2002) aponta para a necessidade de distanciamento das concepções extremistas, em que o adolescente é visto como vítima, produto do meio e, portanto, sem responsabilidade por seus atos; ou como aquele que tem excluída qualquer responsabilidade do ambiente, o que impõe ao adolescente a responsabilidade exclusiva e definitiva.

Ressalta-se então, a importância em se ter um olhar multifacetado para a questão, pois ao embarcarmos em um dos extremos de concepções, podemos deixar de analisar o fenômeno de forma mais completa e imparcial. Histórias de vida

(e de morte), meios de inserção do adolescente e sua família na comunidade, inserção no mercado de trabalho, direitos garantidos (e os por vezes negado), são aspectos que devem ser levados em consideração ao se estudar casos em que adolescentes se encontram, de alguma forma, em conflito com a lei.

Para Bocca (2009, p. 172),

Muitas vezes o adolescente infrator é visto como um ser estranho, com características diferenciadas, como aquele que ameaça, que denuncia a contradição do sistema, o que acaba justificando sua exclusão e isolamento, como se fosse um fenômeno marginal à sociedade. Ocorre que estes jovens, em geral, vivem privados de seus direitos e acabam por violar os direitos dos demais, resultando em uma postura de indiferença e de estigmatização por parte da sociedade, que esquecem em que condições de vida que vivem.

Conforme enfatiza Nardi e Dell'Aglio (2010) a violência na vida do adolescente aparece de diversas formas, pois, não raro, atos de violência fazem parte de sua existência desde a mais tenra idade. O consumo de drogas, a evasão e o baixo rendimento escolar, assim como a vivência de qualquer forma de violência, seja na família, na escola ou na comunidade, também são aspectos aos quais o adolescente, autor de ato infracional, geralmente está exposto.

Para Gallo e Williams (2008) as principais características dos adolescentes que cometem ato infracional, ou seja, que estão em conflito com a lei são: violação persistente de normas e regras sociais, comportamento desviante das práticas culturais vigentes, dificuldade de socializar, uso precoce do tabaco, de drogas e bebida alcoólica, história de comportamento antissocial, fracasso e evasão escolar, dentre outros. Verifica-se, nesse caso que, para os autores, há um padrão esperado de comportamento do adolescente.

Em outro estudo, Coelho e Rosa (2013) caracterizam os adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, como sendo usuários de drogas, com baixa escolarização, residentes em bairros/comunidades de classe baixa, com renda familiar precária, além da ausência de uma rede familiar de apoio, uma vez que a família também se encontra em situação de vulnerabilidade social. Ou seja, esses adolescentes têm em comum a ausência de proteção por parte do Estado, da família e da sociedade.

Desta forma, Bocca (2009, p. 172) colabora com o seguinte:

Entende-se por infrator o adolescente autor de atos infracionais, [...], e de pessoa em formação, em estado de risco social, ou ainda, aquele que, tendo praticado conduta antissocial, ou procedido em desvio de comportamento, passando ou não pela Vara da Infância e Juventude, esteja em tal situação que venha a ser destinatário de medida protetiva, como mecanismo para evitar questões sociais que podem ir desde atrasos ou abandonos escolares, até distúrbios comportamentais graves que interfiram diretamente no contexto sociofamiliar do adolescente.

Abrimos aqui um parêntese para lembrar que a prática infracional não é exclusividade dos adolescentes dos seguimentos populares da sociedade. Essa prática existe também nos adolescentes que compõe as classes mais abastadas e a classe média. A grande diferença que podemos citar é a existência de uma rede de proteção familiar e social desses adolescentes.

Infere-se, então, que o fenômeno “adolescente em conflito com a lei” não pode ser estudado de forma isolada e sem contextualizações, pois,

[...] partindo da premissa de que a sociedade também é agente deste processo, faz-se necessária uma consciência mais reflexiva a respeito de tal fenômeno, pois somente repensando nossas práticas e nossos saberes é que vamos deixar a condição de meros espectadores da desenfreada violência. Os jovens, quando cometem algum tipo de infração, trazem em seus atos violentos suas histórias, seus projetos de vida e muitos deles projetos de morte, agressões sofridas e outros fatos negativos que marcam suas vidas e as de seus familiares, fatos esses que se somam às inúmeras violências de um mundo onde a existência é marcada pelo ter, em face ao ser. Esta forma de existir está fundamentada em uma sociedade da aparência e do consumismo. (BOCCA, 2009, p. 169)

Diante do exposto, temos um desafio, pois, segundo Bocca (2009, p.171) a questão social “*adolescente em conflito com a lei*” (grifo nosso) revela aspecto do momento histórico e representa uma espécie de lente de aumento sobre a crise cultural que caracteriza o mundo contemporâneo. Desta feita, o adolescente, a partir de seus atos, denuncia a instabilidade emocional, seja pelas constantes descobertas, pelas responsabilidades que se apresentam diariamente, pelas incertezas, ou pela necessidade de consolidação da identidade, bem como pelas mudanças no cotidiano provocadas pelo mundo contemporâneo.

Assim sendo, a prática do ato infracional por adolescentes deve ser abordada sob diversos enfoques (psicossocial, econômico, jurídico dentre outros), sempre com a intenção de compreender o fenômeno para enfrentá-lo de forma mais eficaz cujo resultado seja positivo tanto para o adolescente quanto para a sociedade.

Neste estudo propomos que uma das possíveis alternativas para o enfrentamento do cometimento de ato infracional por parte dos adolescentes, é a inclusão dos mesmos em projetos de educação não formal. A seguir discorreremos acerca da educação não formal e os motivos pelos quais podemos apostar nela como sendo uma boa alternativa para o desenvolvimento integral dos adolescentes.

3. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL – UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A educação está presente em toda parte e ninguém está alheio a ela. Segundo Brandão (1985, p.7)

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Nessa seara, diversos são os autores que vêm discutindo a temática, dentre eles se destacam: Trilla (1996, 2008); Coombs (1974); Gohn (2006, 2009 e 2010) e Garcia (2009). E é a partir desse debate que os conceitos de educação formal, informal e não formal se ampliam e tomam novas dimensões.

E é por isso que podemos distinguir 03 modos de educação: educação formal, educação informal e educação não formal. Para Gohn (2009) educação formal é aquela ofertada nas escolas, com conteúdo definido e regulamentada por leis. Já para Libaneo (2005), a educação formal compreende as instâncias de formação, escolares ou não, desde que haja objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática.

A educação informal é aquela, segundo Gohn (2009), em que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, como por exemplo: na família, no bairro, na igreja dentre outros espaços. E essa educação é carregada de valores e cultura, desenvolvendo no indivíduo um sentimento de pertencimento ao grupo ao qual faz parte. Não há intencionalidade, nem sistematização.

Já a educação não formal é aquela ocorrida fora do ambiente escolar, no entanto, com intencionalidade bem definida, ou seja, os conteúdos são desenvolvidos a partir das necessidades de certa realidade que se apresenta.

Segundo Trilla (2008), o termo educação não formal tornou-se popular a partir do final da década de 1960 quando P.H. Coombs publicou a obra *The World Educational crisis* em 1968 (A crise da Educação Mundial – Tradução livre). Na obra, Coombs enfatizava sobretudo a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos convencionalmente escolares. No livro citado, os termos educação informal e educação não formal foram utilizados indistintamente. No entanto, o que o autor queria de fato era mostrar quão amplo e heterogêneo são os processos educacionais não escolares ou situados à margem do sistema de ensino regrado.

Contudo, o autor referia-se às atividades que se organizam intencionalmente com o propósito expresso de alcançar determinados objetivos educacionais e de aprendizagem (COOMBS, 1986, p.19). Por isso, os termos não se adequavam à amplitude de situações educacionais não escolar. Trilla (2008) falando a esse respeito diz não poder fazer parte de uma mesma categoria teórica uma brinquedoteca e a brincadeira espontânea das crianças na rua, ou mesmo um programa de alfabetização de adultos e a leitura recreativa de um romance. O que as diferencia é a intencionalidade com que tais atividades são propostas.

Diante dessa ambivalência conceitual, Coombs, em 1986, propõe uma distinção entre três tipos de educação: a formal, a não formal e a informal. E as distingue da seguinte forma: Educação formal é aquela que compreende o sistema educacional altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado; Educação não formal como sendo toda atividade organizada, sistemática, educativa realizada fora do marco do sistema oficial, a fim de facilitar determinados tipos de aprendizagem; e, por fim, a educação informal sendo aquela que dura a vida inteira, um processo, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades atitudes e modos de discernimento por meio das experiências cotidianas e sua relação com o meio (COOMBS, 1986, p.27).

Trilla (2008) nos esclarece que o termo educação não formal começou a aparecer relacionado ao campo pedagógico concomitantemente uma série de críticas ao sistema formal de ensino, em um momento histórico compreendido como a crise do sistema escolar, pois diversos segmentos da sociedade enxergavam a escola como incapaz de responder às demandas que lhes eram impostas.

Segundo Sousa (2011), a educação, durante muito tempo foi confundida com a escola e ambas as palavras eram, muitas vezes, compreendidas como sinônimo. Essa confusão dos termos fez com que fosse difundida e compreendida como crise na educação formal.

No entanto, a compreensão vem se modificando e poderemos perceber com isso uma certa radicalidade ao afirmar que o papel da escola é o de instruir e não o de educar. Não entraremos nesta seara, pois nosso objetivo aqui é apenas o de apresentar os diversos entendimentos da educação, em especial da educação não formal.

Também ressaltamos que não deve haver uma competitividade entre a educação formal e a não formal. Ambas podem e devem coexistir. Segundo Garcia (2009, p.36),

A educação não-formal não tem como objetivo específico complementar o que a escola deixa de fazer, por motivos diversos, ou que realiza precariamente (embora algumas vezes isso acabe acontecendo indiretamente), nem tão pouco se opõe a ela, apenas se caracteriza por ser uma maneira diferente de trabalhar com a educação, entendendo-a num sentido muito mais amplo e podendo coexistir com a escola porque esta cumpre um outro papel na sociedade, responsabilizando-se por garantir a transmissão dos conteúdos socialmente acumulados, sistematizando-os. A educação formal e não-formal podem acontecer, e em geral acontecem, de maneira concomitante.

Portanto, podemos perceber, assim como afirma Trilla (1996), que o campo da educação não-formal, além de extenso, é de difícil definição, pois engloba muitas e diferentes ações. Não é possível defini-lo somente via observação e análise de apenas uma característica, sendo necessário considerá-las amplamente.

Para Gohn (2009) a educação não formal designa um processo que engloba diversas dimensões a saber: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; entre outros.

Dessa forma, as práticas de educação não formal são desenvolvidas extramuros das escolas, elas estão no centro das atividades das Organizações Não Governamentais – ONGs¹. Ou seja, a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida” (GOHN, 2006).

Entretanto, devemos lembrar que a educação não formal não substitui a educação formal. Ao contrário, a educação não formal deve ajudar a educação formal no processo de articulação com o “mundo” fora da escola, com a comunidade e com o aprendizado para a vida.

¹ Ressaltamos aqui que as atividades de educação não formal não são exclusivas das ONG's. Existem diversas e experiências bem sucedidas de projetos que funcionam dentro do espaço escolar.

Tais dimensões apresentadas por Gohn (2009) são fundamentais para este estudo, uma vez que podem contribuir para a construção das categorias analíticas dos dados, pois a partir da educação não formal espera-se que os indivíduos desenvolvam habilidades e ressignifiquem suas trajetórias de vida, especialmente aqueles que não conseguem acessar os serviços das diversas políticas públicas.

Outra contribuição de Gohn (2006, p. 04) é a definição de possíveis resultados dos processos de educação não formal, quais sejam:

- consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- a construção e reconstrução de concepção (s) de mundo e sobre o mundo;
- a contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho);
- quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificada, como a autoestima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.);
- os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.

O apontamento dos resultados elencados por Gohn (2006) é muito importante para o estudo proposto, pois nos leva a crer que as atividades desenvolvidas na educação não formal possuem um caráter eminentemente de construção de cidadania, bem como de resgate (ou até mesmo construção) de um sentimento de autovalorização do indivíduo.

4. METODOLOGIA: O CAMINHO PERCORRIDO DA PESQUISA

Para nos guiar no caminho da pesquisa científica, utilizamos o conceito de pesquisa como sendo:

[...] toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PÁDUA, 2005, p.31).

Neste sentido, no campo metodológico, optamos pela pesquisa qualitativo-quantitativo pois se mostrou como sendo a melhor opção para o desenvolvimento do trabalho e por meio dele foram orientados os procedimentos e etapas. Segundo Minayo e Sanches (1993), a metodologia qualitativa adequa-se em aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos, de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem estudados intensamente.

De acordo com Lüdke e André (1986), a principal proposta da pesquisa qualitativa é estudar aquilo que se mostra em seu ambiente natural, tendo como principal recurso o próprio pesquisador, que descreve o que percebe e investiga os significados atribuídos pelas pessoas à suas vidas e experiências.

No que se refere ao método quantitativo, segundo Richardson (1989) o mesmo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Desse modo, ele possui como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções.

Para alcançar os resultados esperados, utilizamos o estudo de caso que, segundo Chizzotti (2003, p.102)

(...) é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Nossa pesquisa foi realizada com jovens egressos que, durante o período da adolescência, participaram das atividades desenvolvidas pelo Instituto João XXIII² por, pelo menos, 02 anos. Optamos por selecionar o período entre 2008 e 2009, uma vez que em 2010 a instituição passou por algumas mudanças, dentre elas a de localização geográfica. A seleção aconteceu por meio da análise do banco de dados da instituição e posterior contato. Foram identificados 27 adolescentes como o perfil para a pesquisa, no entanto a amostra foi composta por 12 ex-alunos, o que significa 44% do total de adolescentes que atendiam aos critérios de tempo de participação (mínimo 02 anos), possibilidade de localização e aceite ao convite para participar da pesquisa. Nos demais casos, 03 estão cumprindo pena por cometimento de algum crime, 01 mora atualmente na Itália, 05 não demonstraram interesse em participar da pesquisa e 06 não foram localizados.

Segundo Minayo (2001), uma amostra confiável, ou seja, aquela que reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo, é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições. Ainda segundo a autora, o critério da representatividade também está respaldado no princípio dialético histórico em que um grupo social pode ser porta voz de outro que vive (ou viveu) as mesmas condições de existência.

Como instrumento para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, que segundo Triviños (1987) é um dos principais recursos que o investigador pode utilizar para a coleta de dados. Triviños (1987, p.146) ainda nos explica que

podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa.

Na pesquisa, as entrevistas semiestruturadas foram agendadas previamente com cada jovem e, após a apresentação dos objetivos da entrevista, leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, foram gravadas em

² O Instituto João XXIII é uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que desenvolve ações direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes. O histórico completo faz parte do corpo do trabalho.

gravador digital e logo após, transcritas em sua totalidade. Assim, as narrativas foram preservadas de modo a respeitar a história de cada entrevistado. Mesmo com a autorização para utilização dos nomes verdadeiros, optamos por substituir a identificação por letras. Por exemplo, entrevistado A, entrevistado B e assim por diante.

No que se refere ao tratamento e análise dos dados, neste estudo foi utilizado a denominada Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979, p.42) que consiste em

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de reprodução/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim sendo, na análise de conteúdo, o texto (ou a fala) é um meio de expressão do sujeito, por meio do qual o pesquisador busca identificar e categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.

Ainda falando da análise de conteúdo, Minayo (2000) nos esclarece que os objetivos da análise são: verificar a validade do que se percebe; encontrar significados, conteúdos e estruturas latentes; incluir estes significados no contexto total, para ampliar a compreensão do contexto cultural a partir de significados que ultrapassam o nível espontâneo da mensagem e que, por isso, dizem algo do fenômeno explorado.

Quanto aos procedimentos éticos, cumpre informarmos que a presente pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Vila Velha. A identificação dos participantes foi feita utilizando-se as iniciais de seus nomes.

Para entender o contexto do lócus da pesquisa é necessário conhecer um pouco a instituição que foi palco da experiência de educação não formal vivenciada pelos jovens entrevistados. A seguir, explanaremos um pouco acerca do Instituto João XXIII.

5. INSTITUTO JOÃO XXIII – UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O Instituto João XXIII surgiu legalmente em julho de 1999, cuja ação era a de apoiar financeiramente algumas entidades não governamentais dos municípios de Vitória, Cariacica e Vila Velha, todas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente. A instituição permaneceu sem desenvolvimento de ações diretas até o ano de 2003, quando resolveu adquirir uma sede própria e iniciar suas atividades com ação direta no atendimento à criança e ao adolescente.

A partir da aquisição da sede, que ficava no bairro de Itararé, em Vitória, houve a implementação do Centro de Artes Arco-Íris, que mais tarde transformou-se no Projeto Crescer com Arte. Inicialmente, havia apenas a atividade de Canto Coral, no entanto, após algum tempo a equipe que trabalhava identificou a necessidade da oferta de novas atividades. Daí surgem as oficinas de artes e musicalização, ampliando também à família e à comunidade com aulas de ginástica, violão e canto coral para adultos.

Com o passar dos anos, o Instituto foi incluindo uma série de novas atividades para o atendimento à criança e ao adolescente, fazendo com que seu alcance social fosse sendo cada vez mais ampliado.

Assim sendo, a proposta do Instituto João XXIII é trabalhar por meio de oficinas, cujo foco é a Arte-Educação na dimensão simbólica da arte, do seu poder expressivo de representar ideias por meio de linguagens particulares, como a literatura, a dança, a música, o teatro e tantas outras formas expressivas que a arte assume em nosso dia-a-dia. As diversas expressões da arte foram escolhidas uma vez que proporciona o desenvolvimento cognitivo dos educandos, pois o conhecimento em arte amplia as possibilidades de compreensão do mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas de conhecimentos, tais como matemática, história e geografia.

Todo o trabalho desenvolvido no Instituto João XXIII é embasado nos quatro pilares da educação para o século XXI³. Segundo Costa (2004), as quatro aprendizagens da perspectiva do desenvolvimento do potencial das pessoas: Aprender a Ser (ser você mesmo e construir um projeto de vida), Conviver (conviver com as diferenças, cultivando novas formas de participação social), Conhecer

³ Relatório UNESCO – Coordenado por Jacques Delors

(apropriar-se de seus instrumentos de conhecimento e usá-los para o bem comum) e Fazer (atuar produtivamente, facilitando o ingresso e a permanência no mundo do trabalho) são ferramentas de transformação de si e do mundo.

O trabalho desenvolvido enquadra-se no campo da educação não formal por se tratar da oferta de atividades com intencionalidade bem definida, e diante das necessidades apresentadas pela dinamicidade da realidade em que estão inseridos. Diante dessa intencionalidade, Garcia (2009, p.36) nos aponta:

Esta atitude filosófica da educação não-formal pode fazer com que algumas de suas práticas se apresentem como possíveis propostas de educação inovadora e transformadora, que busca a partir das relações vividas no cotidiano, da valorização de pontos não consideradas em outros campos educacionais, fazer emergir as bases de uma relação educacional diferenciada, que propõe a construção de um ser humano em um sentido amplo.

Desta forma, o Instituto João XXIII busca contribuir para o desenvolvimento do exercício da cidadania e potencialidades de crianças e adolescentes, garantindo o acesso à direitos e oferecendo oportunidades educativas. Diante disso, os problemas sociais que o instituto pretende abordar são: fragilidade da educação e conseqüentemente da aprendizagem, privação cultural e de lazer; falta de convivência familiar e comunitária e prevenção ao envolvimento com a violência e movimento gerado pelo tráfico.

Desde o ano de 2010, em virtude da aquisição de uma sede mais ampla, o Instituto João XXIII transferiu suas atividades para o bairro Consolação, também no município de Vitória/ES.

A área de atuação do Instituto é formada pelas regiões administrativas 3 e 4 do município de Vitória. Segundo a divisão administrativa adotada pela Prefeitura Municipal de Vitória, a região 3 – Jucutuquara é formada por 14 bairros e possui uma população de 34.141 habitantes, cuja renda média é de R\$ 1.217,69, enquanto a Região 4 – Maruípe é formada por 12 bairros e possui 54.402 habitantes, com uma renda média de R\$ 806,72. Juntas as duas regiões administrativas possuem um total de 88.543 habitantes, deste total 19.402 estão na faixa etária compreendida entre 0 e 19 anos de idade (PMV, 2015).

Em ambas as regiões o maior grau de carência e precariedade está concentrado no alto dos morros. Nesse particular situam-se questões habitacionais, de saneamento, renda, escolaridade e saúde. Outra questão é a presença marcante

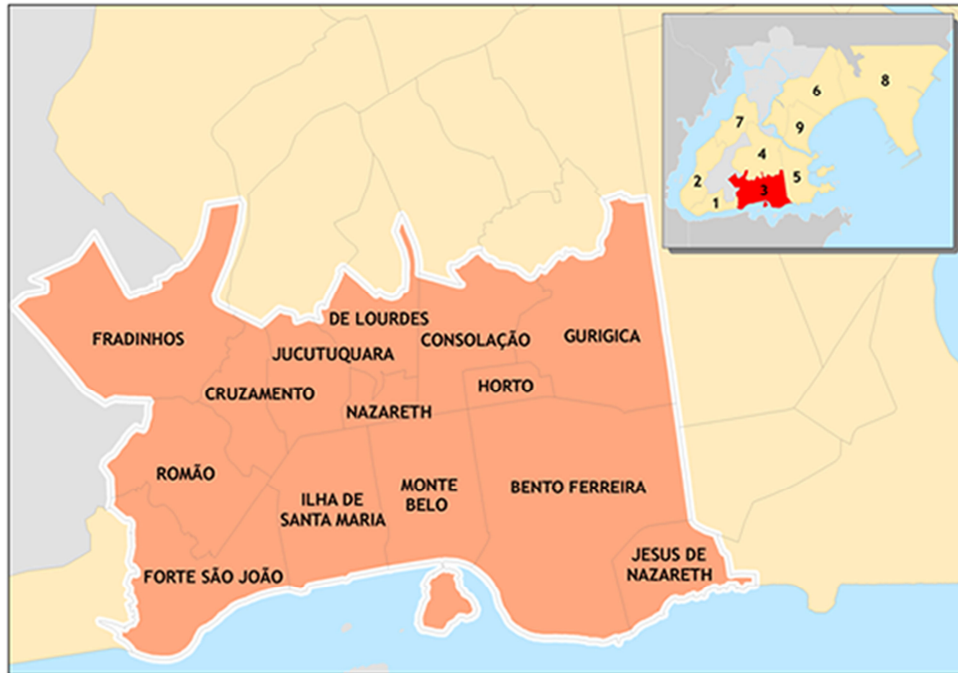
do tráfico de drogas. Bairros como Consolação, Cruzamento, Gurigica, São Benedito, Santos Dumont, Da Penha, Bonfim, dentre outros, convivem com a forte presença dessa atividade criminal, e nesse cenário as crianças e adolescentes das referidas regiões tornam-se alvos dos traficantes que os aliciam para o crime. Não estamos ignorando o fato de que a questão social é multifacetada e multifatorial, mas que as condições objetivas de vida contribuem de forma preponderante para tal fim.

FIGURA 1 – Mapa do Município de Vitória



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2012)

FIGURA 2 – Região Administrativa 3



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

FIGURA 3 – Região Administrativa 4



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Desde 2003 até 2015, o Instituto atendeu 2443 crianças e adolescentes com a oferta de diversas atividades, em contra turno escolar, como: artes, coral, musicalização, orquestra de flautas, percussão, produção de texto, teatro, violino, flauta transversa, formação de plateia, dança, judô, capoeira, xadrez, vivências corporais, atividades educativas, violoncelo, orquestra popular, ginástica para adultos, violão para adultos, canto coral para adultos. Algumas dessas atividades já não são mais ofertadas, mas todas possuíam o objetivo de contribuir com o desenvolvimento integral dos alunos do Instituto.

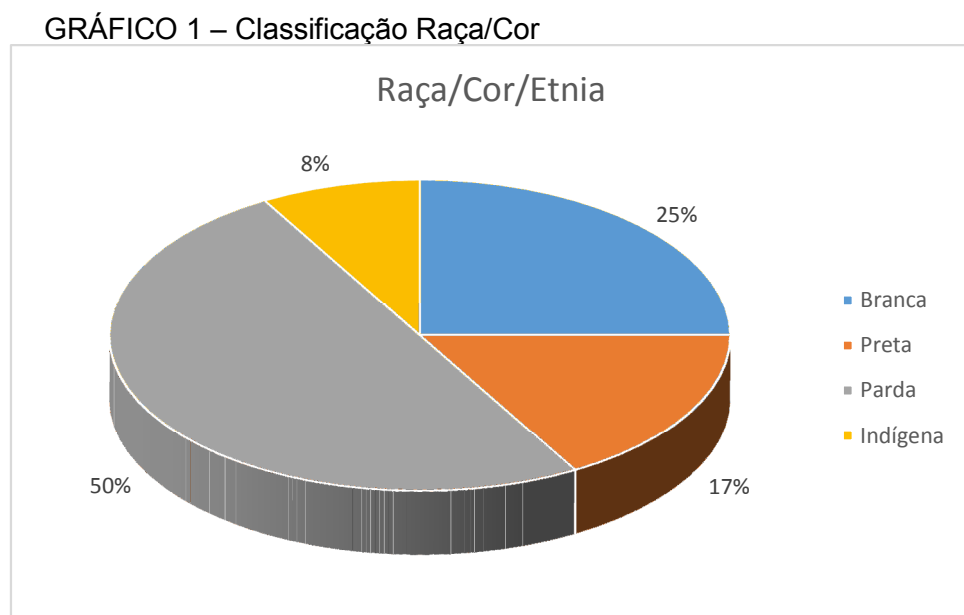
Nos anos analisados pelo presente estudo (2008 e 2009), o Instituto atendeu 331 crianças e adolescentes e, destes, 108 eram adolescentes moradores das regiões 3 e 4 do município de Vitória/ES.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme exposto no método, essa pesquisa foi realizada com uma amostra composta por 12 jovens egressos do Instituto João XXIII que, durante sua adolescência (2008/2009) participaram das atividades de educação não formal oferecidas pela instituição. A partir dos dados coletados foram elencadas algumas categorias que serão pontuadas e analisadas a seguir.

Os jovens participantes da pesquisa estão na faixa etária compreendida entre 19 e 22 anos, em sua maioria do sexo feminino (83%). Todos ainda moram com seus familiares, mesmo os 03 jovens que já possuem filhos. O tempo médio de participação na instituição é de 4,25 anos.

Quanto à raça/cor/etnia os entrevistados se classificam da seguinte forma:



Para essa questão utilizamos a mesma classificação de cor/raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Também optamos pelo método de identificação racial conhecido como auto-atribuição, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo ao qual se considera membro. Segundo Osório (2003), há ainda outros dois métodos de identificação a saber: heteroatribuição na qual o outro é quem atribui o grupo do sujeito e método da identificação de grandes grupos populacionais.

Segundo dados do Censo 2010, a população de Vitória é composta por 155.127 pessoas que se auto-declararam brancas, 139.077 pardas, 30.312 pretas,

2.286 amarelas e 997 indígenas. Se compararmos com nossa amostra, verificaremos que há uma semelhança no que se refere aos que se declararam pardos – 50% em nossa amostra e 43% nos dados do Censo. Ainda segundo o IBGE são consideradas pardas as pessoas com uma mistura de cores de pele, devido às diversas miscigenações.

Ao ser perguntada sobre a questão, a entrevistada B respondeu: “eu acho que sou negra, mas eu tenho que ir de acordo com o meu registro né, é pardo. No meu registro é pardo, mas a descendência, não tem como” (entrevistada B).

Perguntamos ainda sobre a inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, e as respostas foram as seguintes:

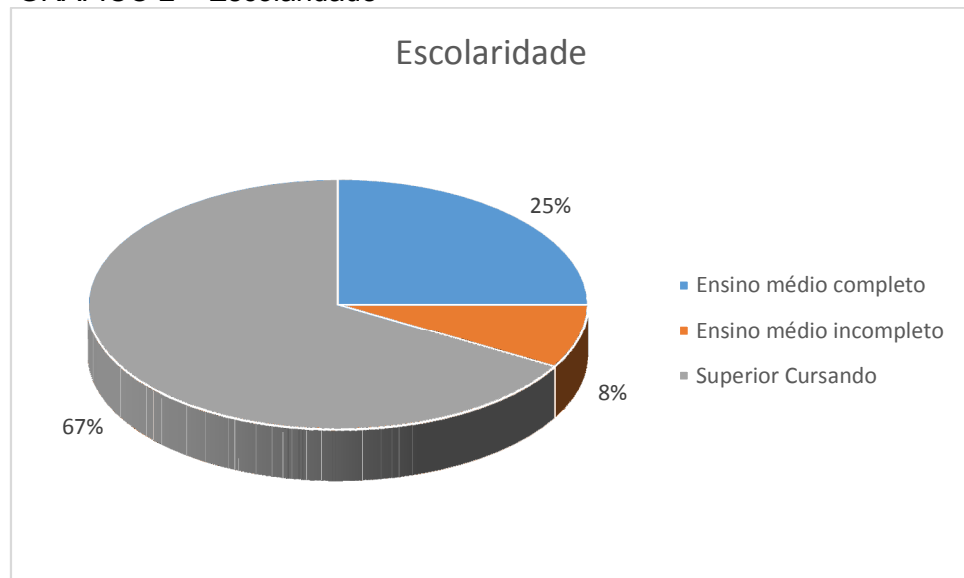
TABELA 1 – Inserção no mercado de Trabalho

Tipo de Atividade	Quant.	%
Trabalhos temporários (bicos)	1	8%
Estágio	3	25%
Desempregado (a)	2	17%
Optou apenas por estudar	3	25%
Trabalha e estuda	1	8%
Empregado formal	2	17%
Total	12	100%

A inserção no mercado de trabalho da população na faixa etária dos participantes da pesquisa (19 a 22 anos) ainda é um desafio a ser superado. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD 2011, 33,9% dos desempregados eram jovens entre 18 a 24 anos. A falta de experiência e qualificação profissional são as maiores barreiras enfrentadas. Em nossa amostra 02 entrevistados se encontram nessa situação e 01 vive de trabalhos temporários. Ressaltamos ainda que, em virtude da condição de estudantes (como veremos adiante), alguns entrevistados estão inseridos nos estágios e outros optaram por apenas estudar.

Um dado importante, e que nos chama atenção, diz respeito à escolaridade dos entrevistados, conforme veremos no gráfico a seguir.

GRAFICO 2 – Escolaridade



Interessante observar que 67% estão cursando ensino superior. Esse é um dado bastante significativo, uma vez que, segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves, em 2013 1% dos jovens capixabas eram analfabetos e 4,2% eram analfabetos funcionais (IJSN, 2015).

Outro dado importante diz respeito à matrícula escolar de adolescentes. No Espírito Santo, 84,6% dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos estão matriculados na escola. No entanto, nem todos estão cursando o ensino médio, parte deles ainda está cursando o ensino fundamental. Não acessaram o ensino médio por diversos fatores, dentre eles a repetência e a evasão escolar. Apenas 41,1% dos adolescentes com 16 anos completaram o ensino fundamental e 53,8% dos jovens com 19 anos terminaram o ensino médio em 2013 (IJSN, 2015).

Segundo a Fundação das Nações Unidas para Infância – UNICEF

um dos grandes desafios para o Brasil no que diz respeito à garantia dos direitos de seus adolescentes é a educação, em especial a universalização do ensino, sendo os adolescentes de 15 a 17 anos o grupo mais atingido pela exclusão (UNICEF, 2011, p.10).

Não estamos deixando de considerar que os jovens entrevistados já não são mais adolescentes, no entanto, o fato de estarem cursando o ensino superior é um dado que se contrapõe ao cenário capixaba, especialmente nos seguimentos populares.

Dos entrevistados que não concluíram o ensino médio ou que não avançaram para o ensino superior, destaca-se como motivo principal o fato de ter tido filhos. A

única entrevistada com ensino médio incompleto, atribui sua desistência dos estudos ao fato de ser mãe solteira de 02 crianças pequenas. Apenas 01 com o ensino médio completo diz ter como o objetivo ingressar no ensino superior e indagada acerca do que a impedia até aquele momento, sua resposta é de que precisou trabalhar para ajudar nas despesas da casa.

Com relação à escolaridade dos pais dos entrevistados, destacamos que 41% das mães possuem o ensino médio completo, contra nenhum pai com esse grau de escolaridade. O nível de escolaridade predominante do pai é o fundamental incompleto (41%).

Ainda sobre a inserção na educação formal, ao serem perguntados se a participação no Instituto João XXIII possibilitou (ou despertou) o desejo por continuar estudando, os entrevistados foram unânimes em responder que sim. Até por que um dos critérios para inserção no projeto é estar matriculado e frequentando a escola.

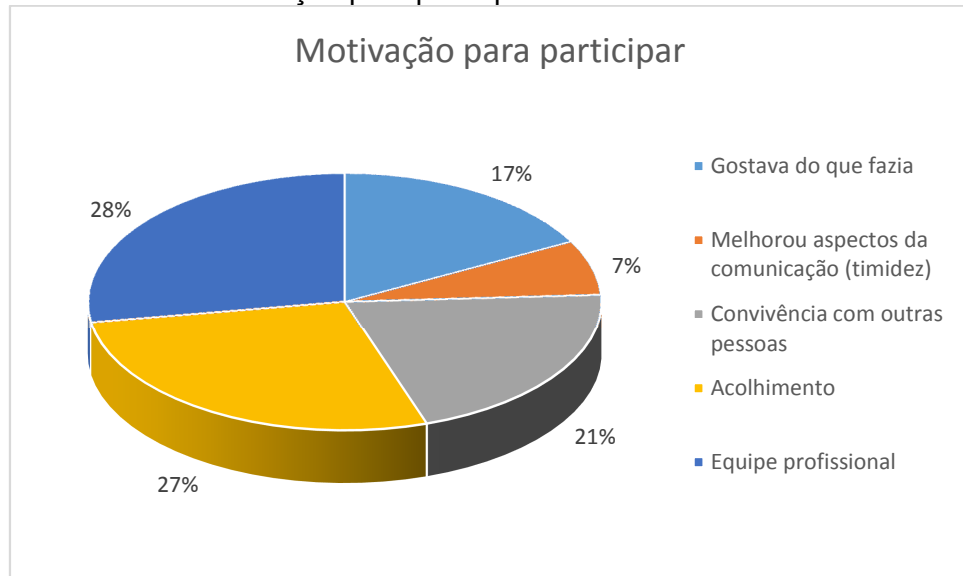
Em duas falas podemos perceber essa motivação por continuar estudando:

É. Eu, no meu ponto de vista, se eu não tivesse, o que me fez motivar a querer estudar, não teria acontecido se eu não tivesse entrado no projeto social. Eu comecei a dar importância para aquilo que eu fazia, dar valor ao futuro que eu iria ter depois que eu entrei no projeto social. Então essa é a percepção que eu tenho. (entrevistado A)

Contribuir, contribuiu. Assim, é, como eu posso dizer? Era um estímulo né, por que eu não sei se hoje em dia é assim, mas naquela época só podia ter boas notas, fazer o instituto se tivesse boas notas. Então a gente era motivado a isso: Ah, eu vou permanecer nesse local, então eu vou estudar mais. E de qualquer forma era sadio vir pra cá né, aprender tantas coisas, então isso estimulava a continuar no desenvolvimento escolar. (entrevistado D)

A evasão escolar não ocorre apenas na escola formal. Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos projetos sociais, no que diz respeito ao público adolescente, é motivar a sua permanência. Quanto a isso, foi perguntado o que os motivou a continuar no Instituto João XXIII, e as respostas envolviam as seguintes categorias:

GRÁFICO 3 – Motivação para participar



Essa era uma questão aberta, os entrevistados podiam responder de acordo com seu desejo/sentimento. Assim sendo, as respostas podem possuir mais de uma característica, ou seja, podem nos mostrar mais de 01 motivo.

O gostar do ambiente do Instituto. Era um ambiente assim, que te acolhia, por ser um ambiente simples, ele te acolhia de uma forma assim, inimaginável. O Instituto ele, eu ia lá e me sentia em casa, era essa a definição que eu tenho pro Instituto naquela época. Então eu chegava lá e me sentia em casa, eu me sentia à vontade, as pessoas me acolhiam, as pessoas conversavam comigo, sem diferença, sem tratar com diferença. Então, o Instituto, o que me motivou foi o modo de tratar, o modo de lidar com as coisas, é, saber é, incentivar as pessoas a fazer aquilo que elas gostam, então foi o que me motivou, foi muito incentivo mesmo, do Instituto em relação a isso. (entrevistado A)

Por que assim, era algo diferente que eu nunca tinha visto, feito nada né. Então assim, pra mim foi bom por que eu comecei a conhecer coisas novas, aprender coisas novas, assim, sempre gostei de cantar então foi algo que me chamou atenção. Aprender a tocar eu também sempre quis. É, então acho que isso mesmo, a convivência né, com outras pessoas. (entrevistado E)

Ah, a forma como a gente era tratado mesmo. Assim, que os profissionais eles tinham uma atenção muito boa com a gente, com os alunos né, tinham um carinho muito grande. E isso me motivava, como eu era bem aceita né, via que era bem aceita, tinha amigos que me aceitavam, que gostavam de mim. Isso era o motivo de estar lá né. E era as oficinas também, que eu ia gostando, e aí fui ficando. (entrevistado B)

Podemos perceber que o fato de ser bem acolhido, por profissionais que se façam presentes e fazer aquilo que gostam são fatores preponderantes para a manutenção do adolescente no projeto. Segundo Costa (2001), é pela proximidade que o educador se acerca ao máximo do educando, procurando identificar-se com a sua problemática de forma calorosa, empática e significativa, buscando uma relação realmente de qualidade. A chamada presença educativa é a capacidade de exercer uma influência edificante e duradoura na vida de outra pessoa.

Outra categoria a ser analisada é a contribuição da educação não formal na vida dos entrevistados.

(...) acho que contribuiu muito para o que eu sou hoje né. Por que assim, ... (choro). Lá a gente não aprendia só, só tocar e só cantar, era uma relação de convivência, respeito um com o outro. De respeitar as diferenças né, que cada um tem suas particularidades. Então acho que isso contribuiu muito pra mim. Hoje por eu tá fazendo pedagogia, que também não é só a escola né, que educa, que outros espaços também tem papel de educar, de contribuir para a formação do sujeito né. Então acho que é isso. (entrevistado E)

Essa experiência contribuiu muito bem pra minha vida mesmo, assim em tudo. Meu comportamento principalmente (...). Ah, por que eu acho que eu era muito elétrico, assim, e depois eu fiquei mais calmo, assim. Eu também era mais tímido, depois eu me soltei mais. Não muito, mas me soltei. (entrevistado F)

Nota-se que a educação não formal no contexto do Instituto João XXIII possibilitou o diálogo entre educadores e educando, valorizando a importância do outro na constituição enquanto sujeito. Esse incentivo à interrelação, mediado pelas oficinas de arte-educação oferecidas, possibilitou, no grupo estudado, o incentivo a transformação.

Outro questionamento que nos trouxe respostas bastante interessantes foi o relacionado à mudança de trajetória de vida, ou impactos da experiência vivenciada na vida dos pesquisados.

Eu não tinha sentido nenhum na vida até antes do Instituto. Eu andava, não ligava pra quem eu andava, não ligava pro que eu fazia, então, a partir do momento que eu entrei no Instituto, deu um sentido pra aquilo que eu fazia, eu aprendi a gostar de algo, e aprendi a ter zelo por aquilo que eu gostava. Então eu acabei de dedicando muito ao que eu fazia no Instituto. (entrevistado A)

(...) tanto é que antes de eu entrar pro Instituto, eu tinha a questão de, da crise no bairro né, questão de ficar muito tempo fora de casa, chegar em casa tarde, que para a minha idade era totalmente errado. Eu andava com muita gente errada também, antes de eu entrar no Instituto, então, assim, ter entrado no Instituto foi uma reviravolta muito grande na minha vida, no bom sentido. A ponto de que minha família não só abraçou a ideia como deixou eu seguir em frente. (entrevistado I)

(...) por que se eu não tivesse entrado, provavelmente hoje, eu estaria envolvida com alguma pessoa assim, no caso do tráfico né. Por que assim, eu tenho contato com isso todos os dias por que é em frente a minha casa. Então se eu não tivesse assim, ali com pessoas que me orientassem hoje em dia eu estaria, sei lá, com 3 ou 4 filhos de algum traficante do morro né. (...) A gente lá no Instituto mesmo, qualquer coisinha que acontecia a gente podia, a gente tinha alguém pra sentar e conversar. Aí sempre tinha alguém assim: “olha isso não é legal, revê esse situação, e tal, pensa se isso tá certo”. (entrevistado C)

Acredito que tenha sim contribuído pra minha trajetória hoje. Por que, como é que eu posso te dizer? Hum... assim, por que hoje o mundo que a gente tá hoje, é, podemos falar que não há mais respeito um pelo outro né. Então eu acho que o João XXIII, me fez olhar para as outras pessoas, como olhar mais atento, a saber que não é só eu que preciso, o outro também precisa. E o bairro que eu vivo é, assim, até hoje eu olho para umas crianças eu falo: nossa elas deviam tá em algum projeto. Então eu acho que contribui nisso, de eu ter um olhar mais atento né, contribui na escolha do curso que eu tô fazendo. (entrevistado E)

Alguns jovens fazem a relação educação não formal x contribuição para sua vida de maneira instrumental, ou seja, a partir da aquisição de conhecimentos técnicos.

Por que você vê, assim, as pessoas sabem fazer tantas coisas, mas quando vê uma partitura não sabem o que é aquilo. Então eu acho que aprender a ler uma partitura assim, foi muito significativo pra mim. Que hoje em dia eu iria pro lado de tocar em bandinhas com violino, por que hoje eu sei um instrumento né, eu sei tocar um instrumento então, foi o meu aprendizado maior. (entrevistado D)

No que diz respeito ao cometimento de ato infracional por parte de adolescentes que passaram pela experiência da educação não formal ofertada pelo Instituto João XXIII, a maioria dos entrevistados (83%) diz conhecer alguém.

É, existe sim. Colegas nossos, da nossa época na instituição que, infelizmente se perdeu, se perdeu e acabou caindo no mundo do crime né. Alguns já foram presos, outros se tornaram usuários de drogas. E assim... é complicado por que a gente cresceu no mesmo

ambiente, recebíamos os mesmos carinhos, os mesmos conselhos, só que eles não souberam abraçar a oportunidade que eles tiveram. (entrevistado K)

(...) alguns largaram o projeto no meio do caminho e hoje são, eu sei que fizeram bastante coisas, assim, alguns foram presos, outros eu sei que cometeram crimes. Mas assim, não são muitos, de 10, 2 da escala de 10. Dois saíram e fizeram alguma coisa desse tipo. (entrevistado J)

Sim. Conheço. Assim, meu primo, XXXX, ele tava ali junto comigo desde o início né, e assim, as mesmas oportunidades que eu tive, ele também teve. Ele só não soube aproveitar tanto quanto eu né. E hoje em dia, tanto que eu nem vejo mais, por que assim, ele se envolveu com o tráfico né, assim, já foi preso. Oportunidade pra ele não faltou por que a avó dele tava sempre em cima né, sempre querendo assim, o melhor pra ele. Só que, por alguma razão, ele escolheu o caminho que, pra ele no caso, seria o melhor. (entrevistado L)

O que podemos observar nas falas dos entrevistados é que alguns de seus colegas de participação no Instituto acabaram se envolvendo em algum ato criminoso ou ilícito. Exemplo disso é que 03 dos possíveis participantes da pesquisa encontravam-se reclusos no sistema prisional do estado, todos por envolvimento com o tráfico de drogas. Não podemos afirmar os motivos que levaram esses adolescentes a se envolverem em atos criminosos, uma vez que as condições objetivas e subjetivas de cada indivíduo são extremamente particulares e únicas.

No aspecto avaliativo da experiência, os jovens entrevistados avaliam como positivo em sua vida a oportunidade de participação nas atividades do Instituto João XXIII.

Muito boa. Foi algo que, assim, mudou minha visão de mundo. Por que querendo ou não você adquire uma, uma cultura maior né, diante de tudo que é apresentado, esse mundo artístico. Então você não fica só naquilo que é apresentado a você no mundo atual né, de que você tem que se formar e fazer aquilo que todo mundo tem. Não, você vê o outro lado da arte, o lado da música, então me enriqueceu muito. (entrevistado D)

Ah, de forma positiva, da melhor forma possível. Por que foi muito importante, eu falo pra todo mundo até hoje, foi o que marcou. (...) e indico muitas crianças para vim pra cá, por que como foi importante pra mim, teve uma influência na minha vida, eu sei que vai fazer na vida de outras pessoas né. Então, acho que é uma experiência inexplicável assim, muito importante mesmo. (entrevistado B)

Todos os relatos apresentados apontam que as atividades de educação não formal ofertadas pelo Instituto João XXIII se configuram como sendo de um espaço

para além do ensino da arte. Apresenta-se como um espaço de acolhimento e escuta para crianças e adolescentes. Espaço este que também promove o aprendizado e a sociabilidade de seus educandos.

A análise realizada a partir das falas dos entrevistados foi feita com base nos referenciais teóricos, mas além disso, foi feita também a partir da afabilidade envolvida em cada entrevista. E a partir disso podemos afirmar que essa experiência vivenciada por esses 12 jovens foi realmente marcante em suas vidas, seja no aspecto de oportunidade educativa, seja no aspecto das relações interpessoais.

Assim sendo, a educação não formal se revelou como importante ferramenta na formação, na medida em que possibilitou aos educandos a construção de projetos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo averiguar se a inclusão de adolescentes em projetos de educação não formal contribui positivamente para o enfrentamento ao cometimento de atos infracionais por parte dos adolescentes. Essa temática nos suscitou muitos questionamentos, curiosidades, inquietações e muitas reflexões.

Por meio das entrevistas, as quais foram analisadas através do método de Análise de Conteúdo, foi possível identificar as categorias: educação formal (escolaridade), motivações para participar, contribuições da educação não formal, impactos da experiência, envolvimento com ato infracional e avaliação da experiência.

Os resultados demonstraram que a experiência da educação não formal, com metodologias flexíveis, que considera a realidade do educando e da comunidade ao redor, possibilitou aos entrevistados um maior envolvimento e participação, com vistas à sua autonomia e conseqüente melhoria nas relações sociais.

Outro resultado significativo foi com relação à educação formal, visto que 67% dos entrevistados estão cursando o ensino superior. As graduações cursadas pelos entrevistados são: administração de empresas, gastronomia, ciências biológicas, biomedicina, fisioterapia, direito, educação física e pedagogia. Nesse sentido, trazemos a contribuição de Gohn (2010) quando argumenta que a educação não formal não tenciona substituir a escola formal, ao contrário, reafirma sua importância como um direito conquistado.

Os depoimentos dos entrevistados também demonstraram a importância do acolhimento como um dos motivos para participar da experiência de educação não formal. Verificamos, por meio das falas, que a forma como foram acolhidos, as conversas e demonstração de preocupação, por parte dos profissionais, foram preponderantes para a manutenção dos adolescentes no Instituto. Alguns ainda mantêm contato pessoal com esses profissionais, uma vez que se tornaram referências positivas em suas vidas.

Nesse sentido, Costa (2001) contribui com a afirmação de que a pedagogia da presença é o educador se fazer presente na vida do educando. E essa presença não é somente estar perto. É uma presença educativa, intencional e deliberada, que tem a intenção de exercer no outro uma influência construtiva.

Percebemos, então, que a proposta da educação não formal, desenvolvida pelo Instituto João XXIII, vai além do ato de ensinar algo instrumental. Há uma intencionalidade nas ações. Especialmente no ato de acolher e se fazer presente na vida do adolescente, valorizando suas experiências e ajudando-os em suas necessidades.

No que diz respeito à prática infracional, a pesquisa nos mostrou que 83% diz conhecer alguém que, mesmo passando pela experiência da educação não formal, praticou algum ato infracional. No entanto, em nossa amostra não houve nenhum caso. Podemos, a partir disso, fazer uma relação com a categoria “impactos da experiência”, uma vez que fomentar a construção de projetos de vida protege porque disponibiliza maior conhecimento da realidade, dos próprios limites e possibilidades, atrelados ao desejo pessoal.

Assim, os resultados evidenciados nestas percepções e expressos nas entrevistas permitiram verificar que a hipótese da pesquisa fosse confirmada.

Podemos então afirmar que, a partir da pesquisa realizada, a educação não formal não é necessariamente a única alternativa para adolescentes das classes populares, mas se transforma em um instrumento de grande potencial para a mitigação do risco de cometimento de ato infracional, bem como potencial motivador para a criação de perspectivas de futuro e processo de construção de projeto pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilza Ramos de. **Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil**. *Ciência e Saúde Coletiva*, 1999 (4)1, 131 – 144.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOCCA, Marivânia Cristina. **Ato infracional na adolescência: um fenômeno contemporâneo**. *Arq. Ciência e Saúde UNIPAR*, Umuarama, v. 13, n. 2, p. 169-179, maio/ago. 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores**. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, v.11, n.1, pp. 63-76. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COELHO, Bianca Izoton; ROSA, Edinete Maria. **Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A.** *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100018>.

COOMBS, Philip Hall. **A Crise Mundial da Educação**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____. **Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2006.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; ASSIS, Simone Gonçalves de. **Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo**. *Psicologia e Sociedade*, v.18, n.3, pp. 74-81. 2006.

COSTA, Cristina. **Questões de Arte**. 2.ed.reform.São Paulo: Moderna, 2004.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima et al. Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 1, Mar. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de Junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000100012>

ERICKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 133, Abril. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de Junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742008000100003>.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não formal como acontecimento**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.14, n.50, p. 27-38, jan/mar. Rio de Janeiro. 2006

_____. Educação não-formal, educador (a) social e projetos de inclusão social. Meta Avaliação. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 28-43, jan/abr. 2009.

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011**. Rio de Janeiro, 2012.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Juventude e Educação no Espírito Santo**. Vitória, 2015.

KNOBEL, Maurício; ABERASTURY, Arminda. **A síndrome da adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

LEVINSKY, David. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**.- São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, jul/set, 1993.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 16ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Delinquência Juvenil: uma revisão teórica.** **Act. Colom. Psicol.**, Bogotá, v.13, n. 2, Dez. 2010 . Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de Junho de 2014.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2003.

OUTEIRAL, José. **Adolescer: estudos sobre adolescência.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

OZELLA, Sérgio. **A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais.** In. Sergio Ozella, *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica.* pp 17-40. São Paulo: Cortez. 2003.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 4, Dez. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de Junho de 2014. Epub July 23, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico-prática. 11ª edição. São Paulo: Papyrus, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

SOUSA, Joelma Aparecida de Freitas. **Centro Social Marista Irmão Lourenço – Serviço de apoio socioeducativo: uma experiência de educação não formal na área sócioassistencial.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011

TOLEDO, Aléx Fabiano de. **Adolescência e subalternidade: Ato infracional como mediação com o mundo.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

TRILLA, Jaume. La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social. - Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

_____. **Educação formal e não-formal:** pontos e contrapontos. Valéria Amorim Arantes (org). São Paulo: Summus, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

Fundação das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. **Adolescência:** Uma fase de oportunidades. Brasília: UNICEF, 2011.

VOLPI, Mário. (Org.). **O adolescente e o ato infracional.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta à instituição pesquisada

Vitória, 26 de agosto de 2015.

Ao Instituto João XXIII
Sr^a Maria Terezinha Bergi

Assunto: Autorização para realização de pesquisa

Senhora,

O Mestrado em Segurança Pública faz parte do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da Universidade Vila Velha e tem como objetivo contribuir na elaboração, implementação e avaliação das ações e políticas de Segurança Pública no Brasil e no estado do Espírito Santo. Pretende também produzir conhecimentos, numa visão interdisciplinar, sobre as variáveis que impactam a violência, fornecendo subsídios para a elaboração e gestão de políticas públicas estratégicas no campo da prevenção e controle da criminalidade violenta e para o processo de decisão dos gestores na área da segurança pública.

Diante disso, a pesquisa **“Adolescente e Ato Infracional: a Educação não formal como fator de proteção”** tem como objetivo analisar a inserção de adolescentes em projeto de educação não formal e sua contribuição para a redução no índice de cometimento de ato infracional, ou seja, a educação não formal sendo utilizada como fator de proteção desses adolescentes. Dessa forma, a referida pesquisa se enquadra na linha de pesquisa: Justiça, direitos humanos e cidadania.

Assim sendo, venho solicitar autorização para realização da pesquisa supracitada e, para isso, ter acesso ao banco de dados e arquivos existentes de alunos e ex-alunos do Instituto, bem como, promover entrevistas e/ou aplicação de questionários aos selecionados da pesquisa e outras ações necessárias ao prosseguimento da mesma.

Após a defesa da dissertação, comprometo-me a repassar os resultados da pesquisa à instituição a fim de que os dados possam ser utilizados no direcionamento das ações desenvolvidas.

Atenciosamente,

Rafaela S. Lima Fuentes
CPF
Mestranda em Segurança Pública
Universidade Vila Velha

Prof^a Dr^a Viviane Mozine Rodrigues
CPF
Docente do PPGSPo

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada com adolescentes

Identificação Socioeconômica	
Nome:	
Idade: () 16 a 18 () 19 a 21 () 22 a 24 () acima de 24	
Sexo: () F () M	Cor/Raça/Etnia: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena
Naturalidade	
Endereço:	
Mora com familiares? () Sim () Não	Quantas pessoas? (Incluindo você) () 2 a 4 () 5 a 7 () 8 a 10 () acima de 10
Estado civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Mora junto () Separado/Divorciado () Outras	
Possui filhos? () Não () Sim Quantos?	
Está trabalhando? () Sim () Não	Contribui com o orçamento familiar? () Não () Sim Caso a resposta seja sim: () Contribuo com a maior parte do orçamento () Meu salário é apenas uma ajuda para a família () Dividimos as despesas de forma igualitária
Gosta do que faz? () Sim () Não	
Formação Escolar	
Estuda atualmente? () Sim () Não	Grau de escolaridade () Fundamental () Médio cursando () Médio completo () Técnico cursando () Técnico completo () Superior cursando () Superior completo
Se não, deixou de estudar em qual série? _____	
Qual o grau de escolaridade dos seus pais? () Illetrados () Fundamental incompleto () Fundamental Completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Outros	
Caso tenha parado de estudar, quais foram os motivos? () Financeiros, precisei trabalhar para ajudar nas despesas da família () Não gostava da escola () Gravidez na adolescência () Não conseguia acompanhar o desenvolvimento da turma () Estava com defasagem idade/série () Outros motivos : _____	

Educação Não Formal	
Além do Instituto João XXIII, você participou ou participa de outros projetos social () Não () Sim Se sim, qual (ais)? _____	
Mais alguém da sua família também participou? Quem? () Não () Sim () Irmão (ã) () Primo (a) () Tio (a) Se houve mais de uma experiência, destaque a mais significativa.	
De que foi a iniciativa de buscar sua inserção? () Pai/Mãe () Própria () Vizinho (a) () Avô (ó) () Outros: _____	
Quais foram as motivações?	
Como souberam do projeto?	
Quais atividades participou? Com que frequência? Qual período?	
Você gostava do que fazia?	
O que te motivou a continuar/sair?	
Como você avalia essa experiência?	
Você acha que o projeto contribuiu em algo na sua vida? Em que?	
Quais as principais dificuldades enfrentadas?	Como as superou?
Qual foi o aprendizado mais significativo para você?	
Considera ter adquirido conhecimentos e habilidades que, de alguma forma, tenham contribuído com sua trajetória se vida?	
Você conhece alguém que, mesmo tendo participado do projeto, cometeu algum ato infracional?	
O que você acha que o levou a cometê-lo?	

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ADOLESCENTE E ATO INFRACIONAL: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO FATOR DE PROTEÇÃO

RAFAELA SILVA LIMA FUENTES
UNIVERSIDADE VILA VELHA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A pesquisadora deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora responsável.

Essa pesquisa procura analisar a inserção de adolescentes em programas e/ou projetos de inclusão social, de iniciativa não governamental, e sua contribuição para a redução no índice de cometimento de atos infracionais por adolescentes. Caso decida aceitar o convite, você será submetido a uma entrevista semiestruturada, composta por perguntas abertas e fechadas. Sua entrevista será devidamente gravada e, posteriormente, transcrita para auxiliar a análise dos dados obtidos.

Os riscos envolvidos com sua participação são mínimos. Pode ser que você se sinta desconfortável em relação a alguma pergunta. Caso isso ocorra, você pode se negar a responder.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Você ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente à pesquisadora por meio do telefone 99991-0873 ou e-mail: email_da_rafa@yahoo.com.br

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa da UVV** localizado na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel: (27) 3421-2085, E-mail: cep.uvv@gmail.com

Horário de funcionamento: 2ª a 6ª feira – 13h30 às 18h30. Secretária: Andréa Sarmento.

Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa “Adolescente e Ato Infracional: a Educação não formal como fator de proteção”, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Assinatura e CPF do participante

Rafaela S. Lima Fuentes
Mestranda em Segurança Pública
CPF:

Vitória, ___/___/20___.

ANEXOS